

Reforma prevê verba para saúde

O governo quer prever recursos para a saúde na proposta de reforma tributária a ser enviada ao Congresso, mas não vai admitir definição de valores para não perder seu poder de investimento em outros setores.

A informação foi dada ontem pelo porta-voz da Presidência, embaixador Sérgio Amaral.

“A preocupação com os recursos para a saúde está presente e estão sendo examinadas algumas possibilidades, mas não a vinculação”, declarou.

O governo quer evitar um recuo na manipulação da receita fiscal, como ocorreu com o setor de educação. Durante a Constituinte, a emenda Calmon assegurou a vinculação de 18% de toda a receita da União ao setor.

A decisão do Congresso não resolveu o problema de escassez de recursos para a área e motivou reações. A oposição sempre acusou o governo de não cumprir o preceito constitucional.

IPMF — O ministro da Saúde, Adib Jatene, voltou à discussão ao iniciar um movimento pela recriação do IPMF, desta vez com receita vinculada, como uma solução para a falta de recursos.

A polêmica da recriação do imposto, combatida pela equipe econômica do governo, entrou em novo capítulo depois que o presidente Fernando Henrique deixou claro que cabe ao Congresso decidir a criação de um novo imposto vinculado.

Jatene ganhou, então, apoio público de outros colegas, como o ministro da Administração, Luiz Carlos Bresser Pereira. Fernando Henrique deu carta branca a Jatene para negociar com o Congresso uma fórmula de obter recursos para a saúde.

A disputa entre Jatene e a equipe econômica acabou com o apoio do presidente à bandeira do ministro Jatene.

Amaral adiantou que os ministros da área econômica farão uma nova reunião com o ministro da Saúde para discutir a origem de recursos que deverão custear o setor, até que sejam aprovadas as novas regras do sistema fiscal e tributário.

26 III 1995

CORREIO BRAZILIENSE